



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO



Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



A Construção Democrática no Brasil



Década de 80: Redescoberta da Sociedade



Uma **sociedade** cada vez mais **organizada**, que se apresentava para uma **Administração Pública** ainda fundamentada na ideia clássica que, de tempos em tempos, **os representantes são eleitos para monitorar as ações de um governo**, que orienta e supervisiona seus administradores.



Cenário Político... Um Filme!

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**

Após **21 anos de ditadura militar**, foi indicado civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.

Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a **instalação da Assembleia Nacional Constituinte**.



O Filme Continua!

Constituição de 88, com 29 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado**, **ineficiente** e extremamente **burocrático**.

Nova era no Brasil, com **participação popular** ativa e combatente.

Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
				
CIDADANIA (Participação Popular + Conselhos Públicos)	EFETIVIDADE (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	RESPONSABILIZAÇÃO (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	TRANSPARÊNCIA (Órgãos Públicos)	TRANSPARÊNCIA (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

Cenário Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Temos o **cenário político e legal**.
Agora, as nossas ações precisam
apresentar o **novo cenário social**.

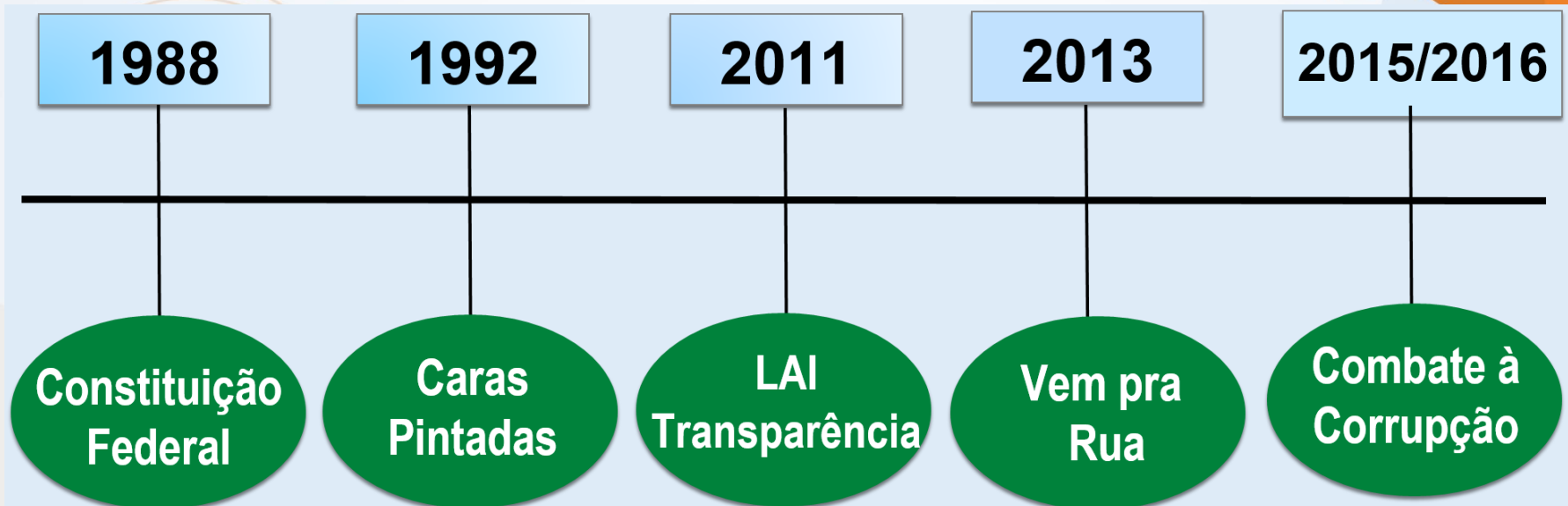


Cidadão, individual ou coletivamente,
participando e exercendo seu papel de
acompanhar e avaliar a gestão pública.



Cenário Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Participação Popular

- Representam um grupo específico
- A mobilização vista como aglutinação de pessoas para fins de **protestos e manifestações públicas**
- Busca ter voz

CONSEQUÊNCIA

A **mobilização** era o único elemento motivador da sociedade e as energias eram canalizadas para o grupo.

Participação Cidadã

- A participação passa a ser concebida como **intervenção social periódica e planejada**
- Toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.
- Está lastreada na **universalização dos direitos sociais**

CONSEQUÊNCIA

Empoderamento de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional.

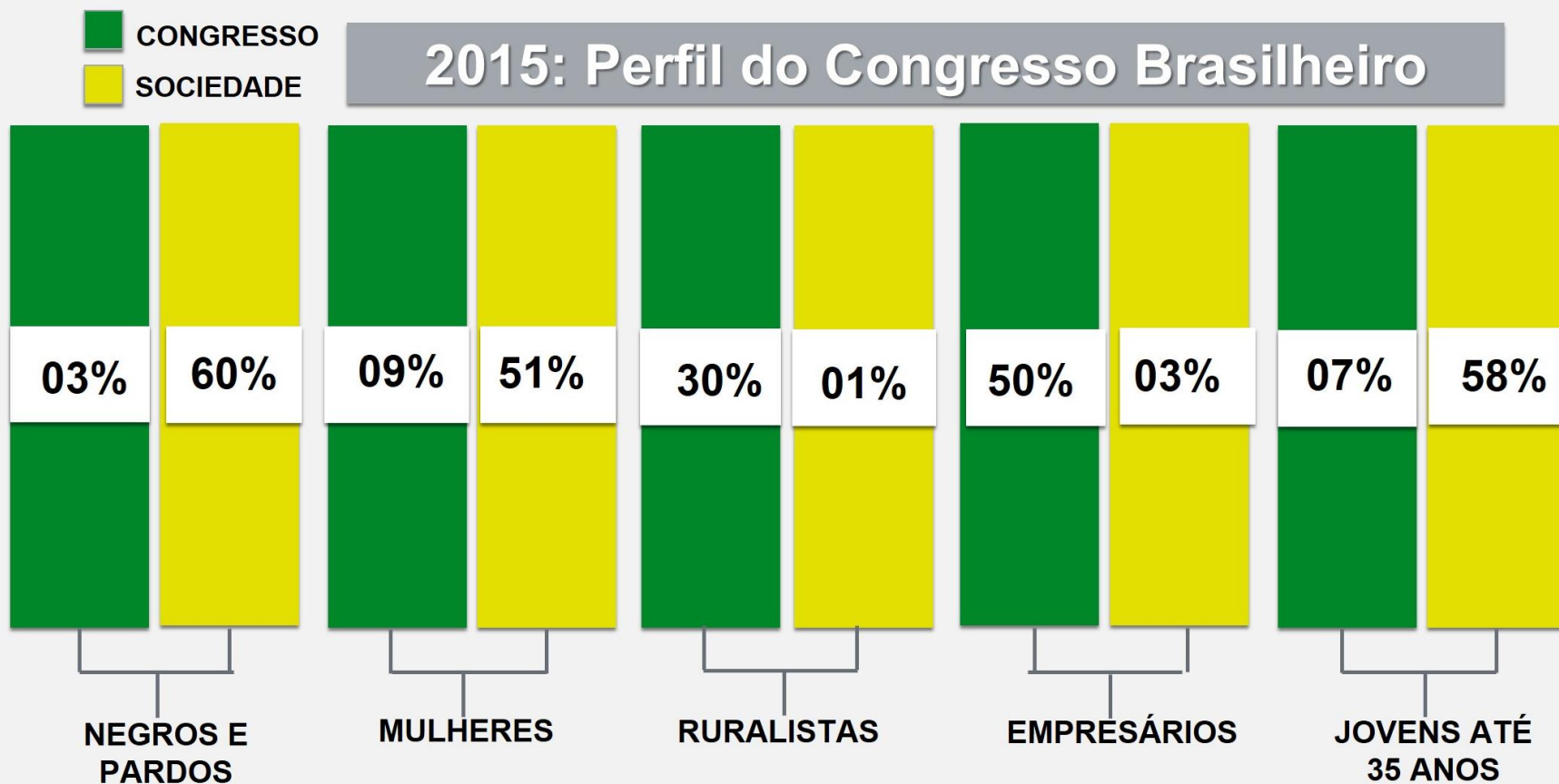
O que as manifestações das ruas queriam?



- ✓ Ser **respeitado**
- ✓ Ser **bem tratados** e ter **serviços públicos de qualidade**
- ✓ Ter **instituições públicas que funcionem**
- ✓ **Combater** à corrupção
- ✓ Participar dos **processos decisórios**



Composição do Congresso Nacional (2015-2018)



PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Controle Social: Fortalecimento da Cidadania

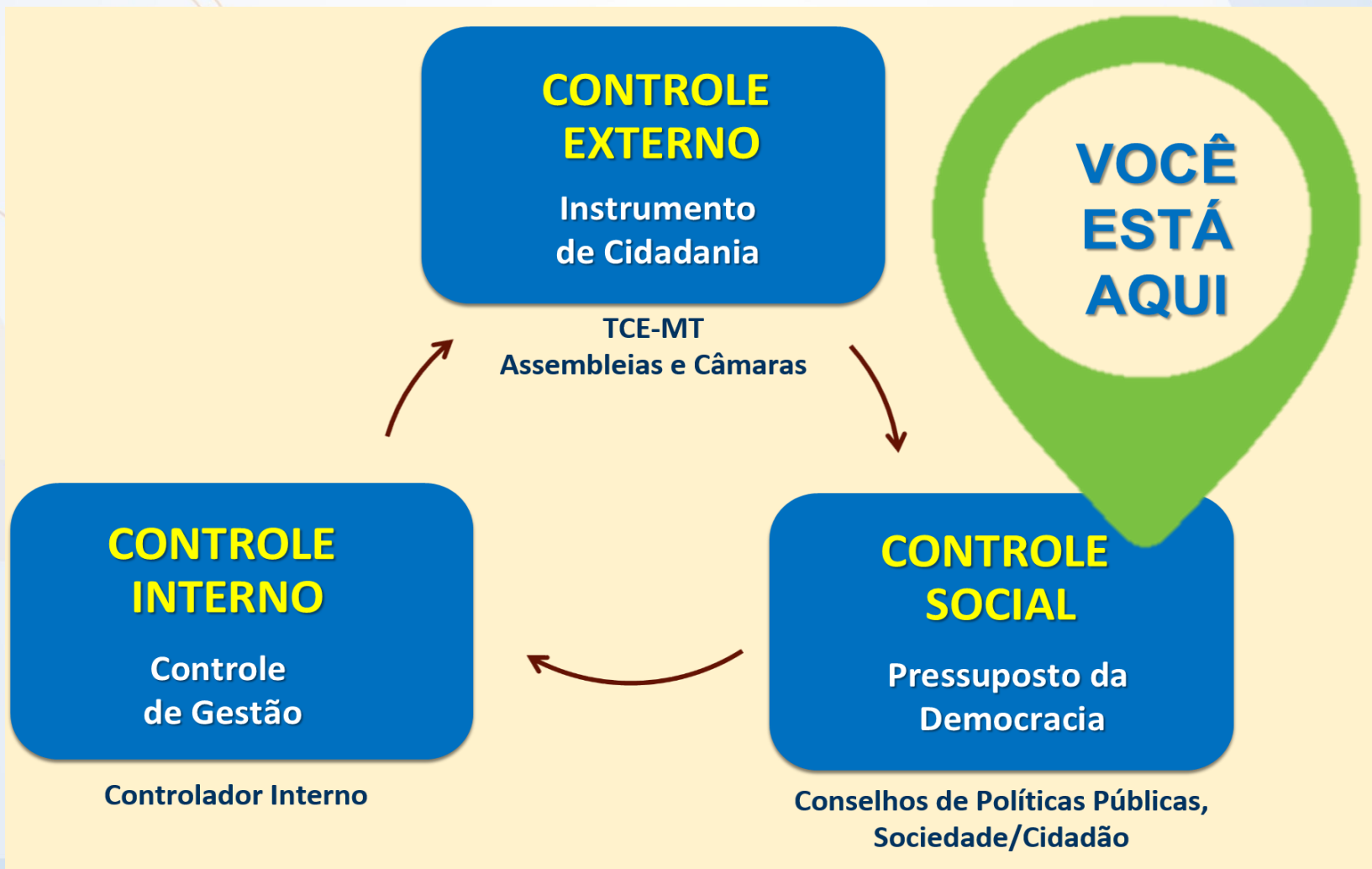


**Não existe
Democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Controle Institucional: quem controla quem

EXECUTIVO		LEGISLATIVO		JUDICIÁRIO
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



“É o controle público não estatal, que **atua de fora para dentro do estado**, como exercício do **direito de fiscalização da atividade pública**, complementar ao estatal, (...) que converge para a **ampliação da participação popular no exercício do controle.**” (Jair Lima Santos)



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Pode ser compreendido:

Como uma **ação**
reguladora, resultante
da **participação**
popular nas instâncias
estatais e/ou ações
governamentais.

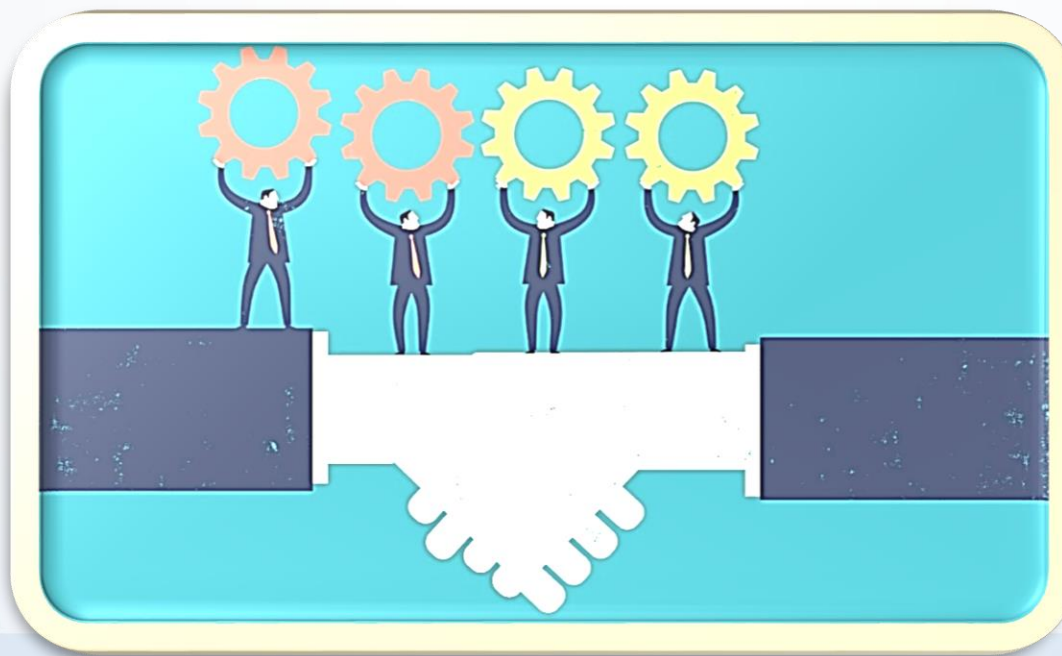


Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Visa assegurar que:

**As políticas públicas sejam planejadas de modo que
responda às necessidades sociais e seus programas
sejam cumpridos conforme o que foi pactuado.**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Controle Social



É transversal a toda política, e não pode ser confundido somente com controle de orçamento.

O exercício do
controle social é uma
garantia constitucional
presente nas leis
que regem a
administração pública



O **objeto** do controle social é **abrangente**, pois pode ser exercido na **elaboração do planejamento**, na **fiscalização da execução orçamentária** dos recursos públicos, na **prestação de contas** dos gestores e na **avaliação dos resultados das ações** do governo.



Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

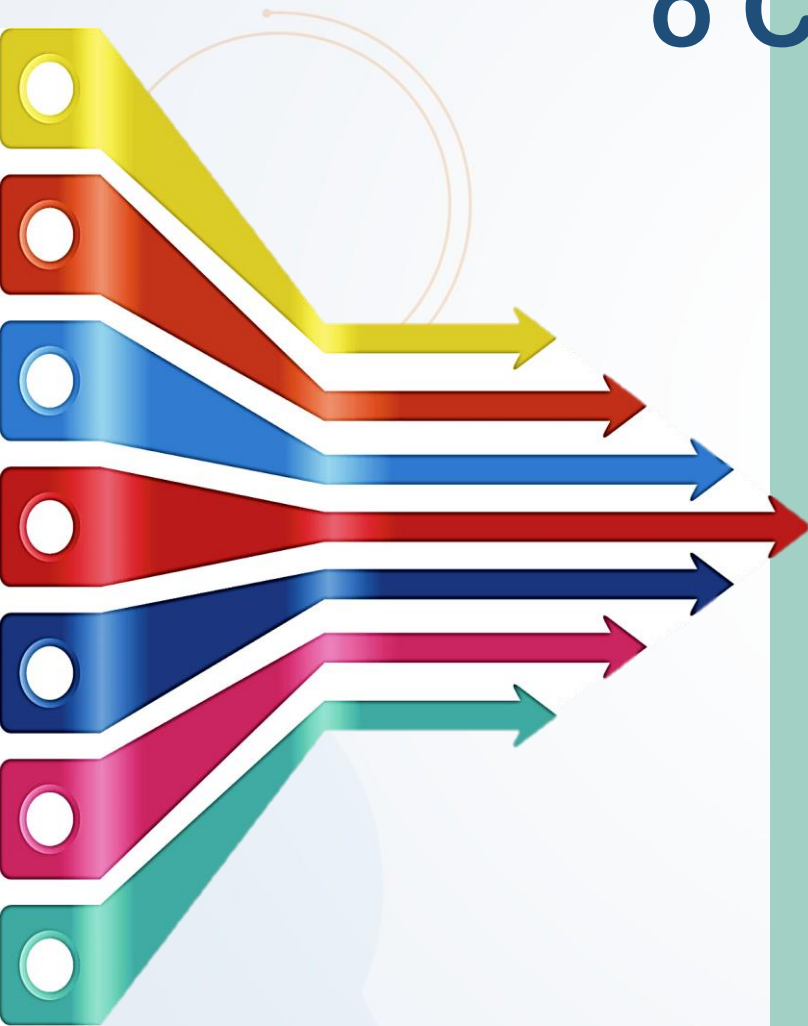
Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

Desafios para aprimorar o Controle Social



- ✓ As três dimensões do controle social pressupõem a **capacidade do cidadão**, de forma individual ou coletiva, de **mobilizar canais e mecanismos de participação** institucionalizada, que permitem a **vocalização de demandas sociais**
- ✓ A **avaliação** de políticas públicas
- ✓ O **envolvimento** em ações de participação não institucionalizada

O Cidadão e o Controle Social

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse tema seja inserido na agenda do cidadão.

O **cidadão** precisa se sentir **parte do controle social**.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Instrumentos de Controle Social

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de controle externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso a informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

Instrumentos de Controle Social

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Públicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	—	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade

Quais ações de Controle Social você realiza?

Participa

das Audiências Públicas?

Vai

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

Frequenta

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

Acompanha

as prestações de contas da Prefeitura?

Recorre

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

ACEITANDO

que os problemas da sociedade sejam **pensados e resolvidos** por **outras pessoas**

DESCONHECENDO

a **destinação dos recursos** orçamentários

DEIXANDO

de **participar dos debates** sobre a definição e o planejamento das **políticas públicas**

ENFRAQUECENDO

a **democracia** com a ausência de legitimação das ações e decisões públicas

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Conselhos: Instrumentos de Controle Social



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Na **constituição de 88** os conselhos de políticas públicas **ganharam forma**. Mas, foi a **partir** da formatação de leis **específicas**, ainda nos primeiros anos da **década de 90**, e que **começaram a se efetivar**.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.





Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO
(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)

1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão





A identidade também pode ser compreendida a partir de duas variáveis:

- **DESENHO INSTITUCIONAL**
- **TRAJETÓRIA POLÍTICA**



Questões relevantes relacionadas ao desenho institucional

Discussão de políticas e programas quanto ao aspecto de sua elaboração. Ter um **papel mais propositivo**.

Buscar **fortalecer mecanismos de transparência**.

Constitua um **projeto político global e estratégico** que seja referencial **para as deliberações de políticas setoriais**, sem o que, torna-se impossível impedir a fragmentação destas políticas posta em vigor pelo governo.

Sobre a Trajetória Política

Os conselhos passam por **fases ou momentos distintos** no decorrer de sua trajetória e **que se transformam ao longo do tempo**, processo esse que tem implicações na **construção de sua identidade política**.



Impactos na Trajetória Política

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Desarticulação das ações dos movimentos sociais, dos fóruns e das redes na mobilização social

Pouca atuação dos representantes da sociedade civil nos Conselhos, tornando os conselheiros representantes de si mesmos

Vínculo estreito entre as lideranças dos movimentos sociais com os partidos políticos e gabinetes parlamentares



Os conselhos são **espaços públicos** de composição **plural e paritária** entre estado e sociedade, de natureza **PROPOSITIVA, MOBILIZADORA, DELIBERATIVA, FISCALIZADORA e CONSULTIVA**, cuja **função** é formular execução das **políticas públicas**.



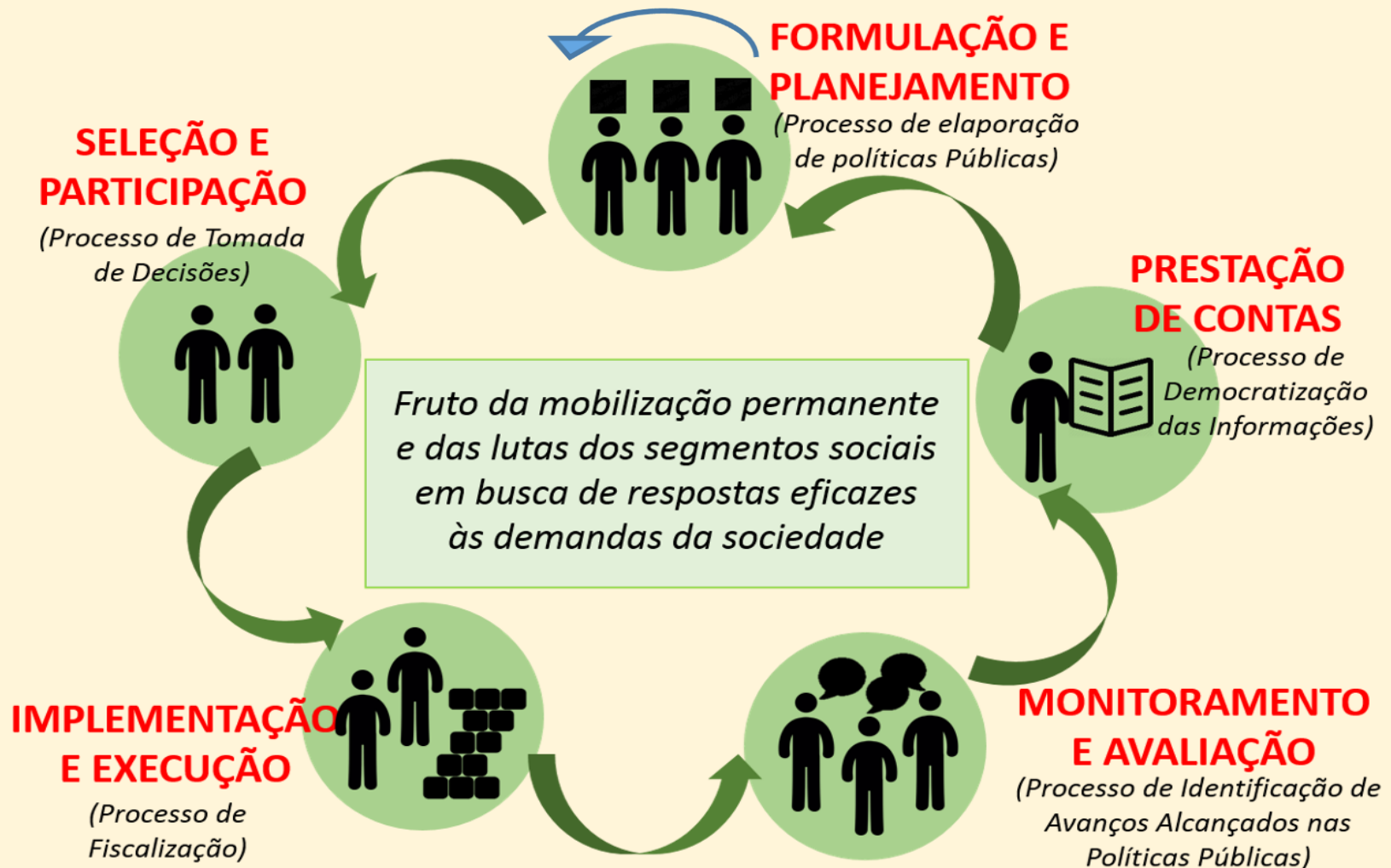
Natureza Propositiva dos Conselhos

Visão Global e Sistêmica da Gestão



Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais



Leis Orçamentárias

PPA

Plano Plurianual

O PPA faz um **planejamento da políticas públicas e programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas**, os **objetivos**, estipula as **metas** e delinea as iniciativas. **Associando os programas orçamentários aos objetivos.**

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentária

A LDO orienta ano a ano **como esses programas e objetivos devem ser realizados.**

Destaca **metas e prioridades** para a Administração Pública.

LOA

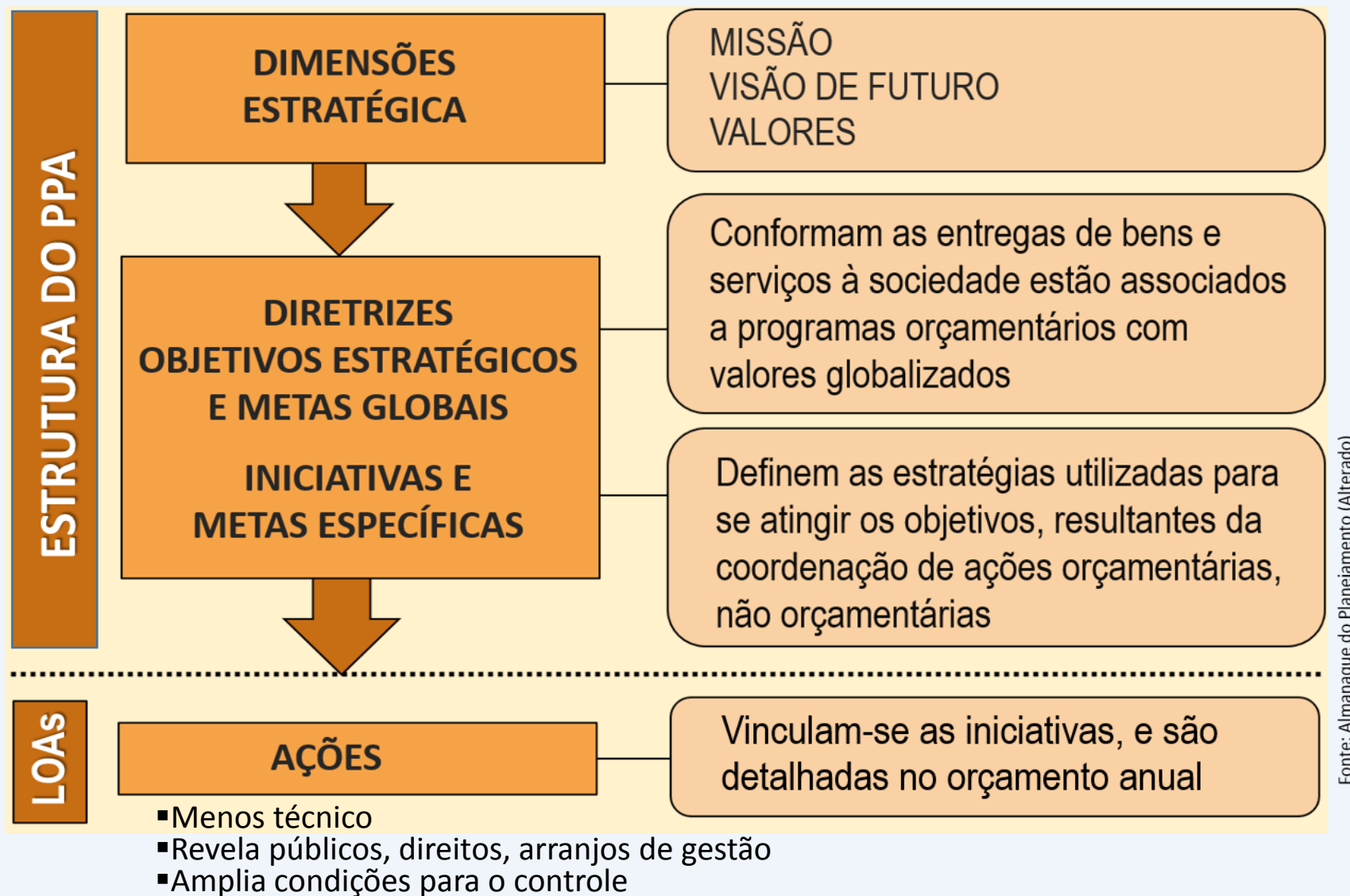
Lei Orçamentária Anual

A LOA **aloca os recursos públicos** necessários anualmente **para a concretização das metas estabelecidas.**

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas **que serão detalhados no orçamento**

Modelo de Planejamento Governamental

_x



Monitoramento Participativo

**Sociedade
participando das
decisões da
gestão pública**



O que vai aprender ?

Empoderar-se de suas atribuições

Conhecer o plano estratégico do município e as demandas prioritizadas pela sociedade

Verificar quais foram inseridas no plano estratégico

Como são elaboradas as peças orçamentárias e como inserir demandas da sociedade e do legislativo

Realizar audiências públicas para discussão e oitiva da sociedade com a inserção das suas demandas nos planos orçamentários

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas



Por que fazer a Oficina?

Dar voz e vez aos representantes da sociedade

Empoderar os conselhos de políticas públicas enquanto instrumento de controle social

Ampliar a participação dos conselheiros nos processos decisórios da gestão municipal

Disponibilizar informações do controle externo relacionadas ao exercício do controle social

Estimular o diálogo entre os órgãos e poderes e destes com a sociedade

Democratizar as relações entre o estado e a sociedade



Pesquisa realizada em 2016

- 40 municípios
- 329 Conselhos
- 613 Conselheiros

DIÁLOGO

- **30%** nunca conversaram com o Controlador Interno do Município e nem com o TCE ou TCU
- **74%** conhecem o Portal Transparência

PROPOSITURA

- **66%** se reúnem mensalmente e a maioria propõe ações e discute políticas públicas
- **13%** dos conselhos analisam e discutem os relatórios de auditorias e pareceres do TCE-MT

APÓS AÇÕES DO TCE-MT COM OS CONSELHEIROS

- **24%** apontaram que melhorou o diálogo com o Executivo e 38% com o Legislativo
- **26%** passaram a buscar mais informações nas Audiências Públicas
- **54%** disseram que utilizam os canais de comunicação

Pesquisa realizada em 2016



CAPACITAÇÃO

- **56%** consideram o curso de formação continuada como principal ação para melhorar o desempenho
- **64%** dos conselheiros não tiveram conhecimento do curso
- **29%** não participaram do Curso de Extensão
- **67%** que participaram concluíram o curso

CONTROLE SOCIAL

- **65%** dos conselheiros aumentaram o interesse pelo Controle Social das Políticas Públicas
- **23%** dos conselheiros disseram que faz Controle Social participando das Audiências Públicas, **14%** acompanham a execução dos serviços públicos e **10%** monitoram dados do Portal Transparência

ORÇAMENTO PÚBLICO

- **35%** afirmam que nunca tiveram acesso as leis orçamentárias (LOA, LDO e PPA)
- **88%** acham importante conhecer o orçamento municipal

E como será a oficina?



Metodologia

A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



Oficina:

Composição dos Grupos

1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

Oficina:

Composição dos Grupos

3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas e Segurança Pública

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria, Comércio, Habitação e Transporte

5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

- 1 Coordenador,**
- 1 Orador e**
- 1 Secretário** (Todos Conselheiros)

Trabalho nos grupos: (1h30min)

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Oficina: Orientações

- **Sistematizar as demandas (15min)**
Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa
- **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**
Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas
- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



Atenção senhores conselheiros



As demandas
priorizadas **devem
buscar** alcançar os
resultados das
políticas públicas
*(as ações priorizadas
devem indicar o que
fazer)* e **não os meios**
para atingí-las *(não
dizer como fazer)*.

Verbos para formular metas

- ✓ Garantir
- ✓ Elevar
- ✓ Adequar
- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar

- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Rever

Características das demandas prioritizadas nos grupos:

- **Construção** coletiva
- **Consenso** nas decisões
- Representar os **anseios da sociedade**
- Conteúdos **transversais**



Demandas Inseridas nos Municípios

ANO	DEMANDAS	
	NÚMERO	PORCENTAGEM
2012	128	64%
2013	223	70%
2014	185	74%
2015	183	80%

Fonte: SAI/TCE-MT/2017

Como pensar de forma transversal?

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

Reduzir o número de pessoas acidentadas
(Saúde e SMTU)

Melhorar a qualidade da água
(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)

Diminuir o déficit habitacional
(Habitação e Assistência Social)

Aumentar a cobertura de crianças em creche
(Educação e Assistência Social)

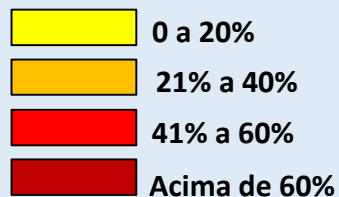
Reduzir a pobreza
(Assistência Social e Emprego)



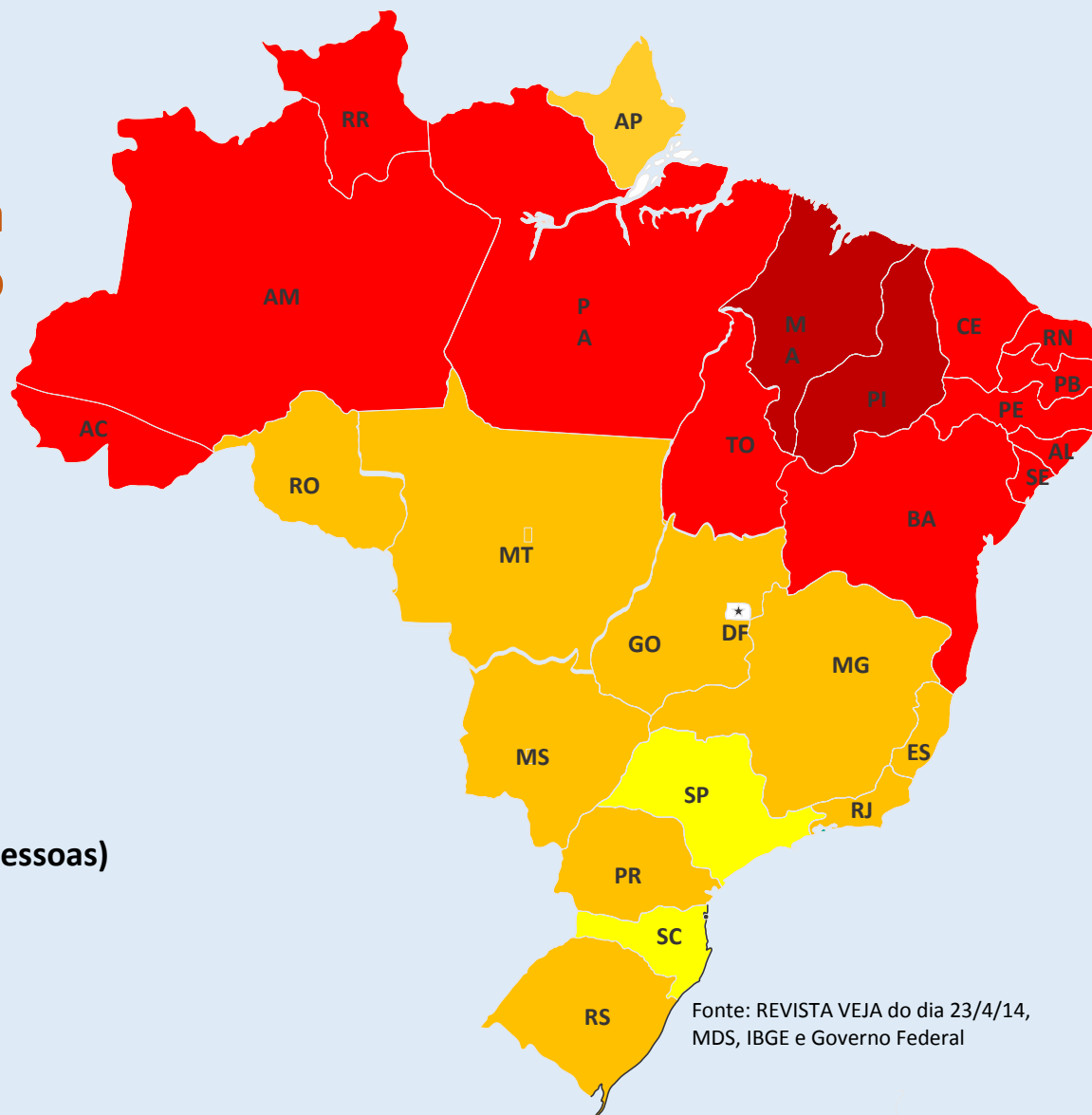
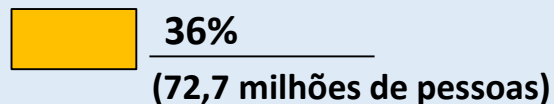
Mapa da Dependência

Percentual da
População Inscrita
no Cadastro Único

POR ESTADO



NO BRASIL



Fonte: REVISTA VEJA do dia 23/4/14,
MDS, IBGE e Governo Federal

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Informações do Município



Dados do Bolsa Família

Município de Campo Verde

Programa	Ano	Famílias Beneficiadas	Benefício Médio Mensal	Valor Total Repassado/Ano
Bolsa Família (Famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único)	2016	1.241	R\$ 140,93	R\$ 1.037.107,00
	2015	1.145	R\$ 150,73	R\$ 2.009.044,00
	2014	1.143	R\$ 158,10	R\$ 2.148.680,00

Execução Orçamentária

DADOS	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Estimada	R\$ 69,1 mi	R\$ 73,2 mi	R\$ 78,6 mi	R\$ 87,6 mi	R\$ 89,9 mi
Receita Arrecadada	R\$ 65,7 mi	R\$ 77,4 mi	R\$ 81,5 mi	R\$ 87,1 mi	R\$ 106,5 mi
Despesas Realizadas	R\$ 64,2 mi	R\$ 76,4 mi	R\$ 77,8 mi	R\$ 86,4 mi	R\$ 105,6 mi
Resultado Orçamentário	R\$ 1,4 mi	R\$ 955 mil	R\$ 3,7 mi	R\$ 756 mil	R\$ 889 mil

Fonte: Espaço do Cidadão Site TCE-MT/2017

Cumprimento dos Limites Constitucionais

DADOS	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal (54% - Limite fixado artigo 20)	22,28%	45,83%	12,77%	46,46%
Índice da Educação (Limite Mínimo Fixado de 25%)	35,24%	29,18%	26,55%	29,50%
Índice da Saúde (Limite Mínimo Fixado de 15%)	23,71%	27,17%	30,15%	33,73%

Transparência no Município

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – CAMPO VERDE		
	PREFEITURA	CÂMARA
Ouvidoria	Sim	Sim
Portal Transparência	Sim	Sim
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão	Sim	Sim

Fontes: Sites Prefeitura e Câmara de Campo Verde

Demandas de Campo Verde

Oficina de Campo Verde - 12/03/2013

ANO	DEMANDAS	
	NÚMERO	PORCENTAGEM
2013	23	92%

Fonte: SAI/TCE-MT/2017

Oficina de Campo Verde

24/04/2013

NÚMERO DE PARTICIPANTES DAS OFICINAS

CONSELHEIROS			CONSELHOS	
CONVIDADOS	PARTICIPANTES		CONVIDADOS	PARTICIPANTES
217	86 (74%)		15	15
	GOVERNO	SOCIEDADE		
	41	45		

OBS.: 116 pessoas participaram da Oficina

Fonte: SAI/TCE-MT/2017

Curso de Extensão via EaD

Campo Verde

ANO	NOME DO CURSO	NÚMERO DE INSCRITOS
2013	Curso de Extensão – 1ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	15 conselheiros
2014	Curso de Extensão – 2ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	Nenhum Inscrito
2016	Curso de Extensão – 3º Edição: Cidadania e Controle Social	4 conselheiros
2017	Curso de Extensão – 4º Edição: Cidadania e Controle Social	11 conselheiros

Estímulo de envio das Audiências Públicas de Campo Verde

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESPAÇO CIDADÃO DO TCE-MT		
MUNICÍPIO	ANO	ASSUNTO
Campo Verde	2014	Nenhuma audiência informada
	2015	Nenhuma audiência informada
	2016	19/08 - 1º Quadrimeste do exercício de 2016 – RGF 19/08 - Referente a LDO e LOA realizadas de 17/05/2016 a 9/06/2016
	2017	Nenhuma audiência informada

Inserção da relação dos Conselhos no Portal Transparência de Campo Verde

PORTAL TRANSPARÊNCIA DE CAMPO VERDE	
Ano	Número de Conselhos
2015	Nenhum informado
2016	22
2017	22

Fonte: Prefeitura de Campo Verde – Portal Transparência

Inserções de Dados dos Conselhos de Campo Verde

ANO	SISTEMA APLIC	BANCO DE DADOS DA SAI
2015	8 Conselhos (Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente, Educação, Fundeb, Idoso, Merenda Escolar, Saúde, Trabalho e Emprego)	5 Conselhos (Controle Social, Desenvolvimento Urbano, Transporte Escolar, Diretor da Incubadora, Saúde)
2016	2 Conselhos (Direitos da Criança e do Adolescente; Merenda Escolar)	20 Conselhos (Alimentação Escolar, Assistência Social, Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Criança e do Adolescente, Desenvolvimento Urbanístico, Diretor da Incubadora Sucesso, Educação, Esporte e Lazer, Fundeb, Gestor do Fundo Local de Habitação e Interesse Social, Gabinete de Gestão Integrada, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural, Assuntos da Pessoa com Deficiência, Recurso Fiscal, Saúde, Segurança Pública, Comissão de Transporte Escolar, Trabalho, Programa de Desenvolvimento Econômico)
2017	Nenhum	25 Conselhos (Comissão Escolar, Condecon, Assistência Social, Criança e do Adolescente, Desenvolvimento Urbanístico, Habitação, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Pessoa com Deficiência, Pessoa Idosa, Alimentação Escolar, Trabalho, Gabinete Gestão Integrada, Idoso, Saúde, Desenvolvimento Rural, Educação, Alimentação Escolar, Desenvolvimento Urbano, Segurança Pública, Diretor da Incubadora Sucesso, Trabalho, Fethab, Fundeb)

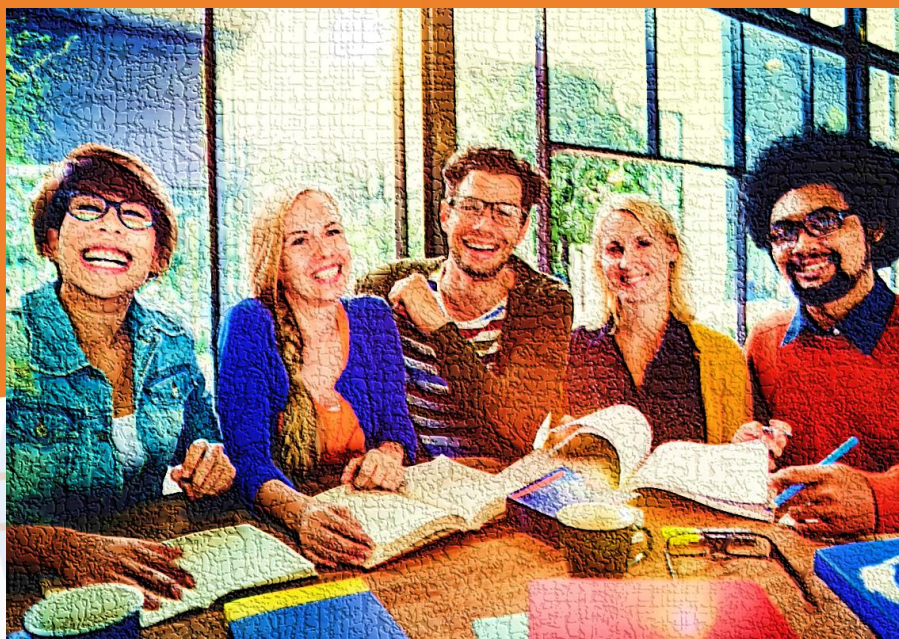
Consolidando informações sobre os Conselhos de Campo Verde

	NÚMERO CONSELHOS		
	2015	2016	2017
Portal Transparência de Campo Verde	Nenhum	22	22
Informados no Sistema Aplic	8	2	Nenhum
Banco de Dados da SAI	5	20	25

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ



Reflexão Final



CULTURA DO CONTROLE SOCIAL



**Cultura
Reclamatória**



**Cultura
Participativa**



Todos ganham com:

PROJETO 2
INCENTIVO
AO ACESSO À
INFORMAÇÃO E
À CONSCIÊNCIA
CIDADÃ

- Exercício do Controle Social
- Consolidação da **democracia** e fortalecimento da **cidadania**
- Ampliação dos **espaços democráticos** e de **transparência**
- Partilha de **poder** e de **responsabilidade**
- Elevação da **eficiência dos gastos** públicos
- Melhoria da **qualidade dos serviços** prestados ao cidadão



“Onde não há conselhos
fracassam os projetos, mas
com os muitos conselheiros
há bom êxito”





Mais informações sobre as ações
do TCE-MT voltadas para o cidadão,
entre em contato conosco:

SAI Secretaria de Articulação
Institucional e Desenvolvimento
da Cidadania do TCE-MT

sai@tce.mt.gov.br

Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926





Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO